



RELATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS EM 2022

EUA dizem que Moçambique investigou poucas denúncias de abusos e violação de direitos humanos

- No seu relatório sobre direitos humanos em Moçambique referente ao ano de 2022, os Estados Unidos de América (EUA) consideram que a resposta das Forças de Defesa e Segurança (FDS) face à intensificação dos ataques armados em Cabo Delgado foi excessiva em determinados momentos, pois envolvia a prisão e detenção arbitrárias e execuções extrajudiciais não só de suspeitos de terrorismo ou do extremismo violento, mas também de civis inocentes. O documento divulgado esta semana reconhece que as autoridades moçambicanas investigaram alguns relatos de violação e abusos de direitos humanos, mas poucos casos levaram à abertura de processos-crime.





Créditos: DW

O Governo e organizações de direitos humanos afirmaram que os extremistas violentos cometeram abusos de direitos humanos, que incluem decapitações, sequestros e o uso ilegal de crianças soldados. “O ISIS-Moçambique continuou a raptar e forçar a deslocação de civis, a queimar casas e a destruir infra-estruturas como centros de saúde e escolas”. Os meios de comunicação social noticiaram que o ISIS-Moçambique matou aproximadamente 400 civis durante o ano de 2022. Houve inúmeros abusos relatados pelos *media*. Em Junho, por exemplo, “a imprensa informou que os extremistas violentos lançaram uma série de ataques nos distritos do sul de Cabo Delgado, incendiando casas, igrejas e outras infra-estruturas comunitárias, decapitando e matando civis e sequestrando mulheres”.

Entretanto, o relatório faz notar que alguns meios de comunicação social atribuem algumas dessas violações de direitos humanos a membros das FDS, que incluem as Forças Armadas Forças de Defesa de Moçambique, (FADM), Polícia de Protecção, Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e as milícias locais de Cabo Delgado. Por exemplo, residentes de várias aldeias acusaram oficiais da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) de ‘torturar’ três pescadores no

dia 30 de Março de 2022, por suspeita de terrorismo depois do seu barco ter desviado para uma área restrita. “Embora as forças ruandesas tenham supostamente intervindo para deter o abuso, dois dos três pescadores torturados morreram”.

A Procuradoria-Geral da República é responsável por investigar e processar elementos das FDC que perpetraram assassinatos considerados injustificáveis, mas algumas organizações da sociedade civil indicam que muitas denúncias não foram investigadas, lê-se no documento, que destaca que “um sistema judicial fraco contribuiu para a impunidade, incluindo a falta de capacidade para investigar casos de abusos e processar e julgar os perpetradores”.

Além de relatos de violação de direitos humanos em Cabo Delgado, as FDS também foram acusadas de respostas violentas aos protestos durante o ano passado. Por exemplo, no dia 08 de Março de 2022, a imprensa reportou que a Polícia na província da Zambézia matou a tiro dois indivíduos e feriu um terceiro em resposta a um protesto popular. “De acordo com os meios de comunicação social locais, o comandante provincial da PRM afirmou que os assassinatos não foram intencionais”.

Em Manica, a imprensa reportou o uso de balas de chumbo por parte da Polícia para dispersar co-

merciantes que protestavam contra as condições de um mercado local. Três manifestantes ficaram feridos e o comando da Polícia defendeu o uso de balas reais num protesto que culminou com a detenção de 21 pessoas. Já em Maputo as autoridades policiais usaram gás lacrimogéneo para dispersar os vendedores do antigo Mercado de Peixe que reclamam titularidade do espaço.

Como não podia deixar de ser, o relatório dos EUA fez uma avaliação da situação dos direitos humanos nas cadeias moçambicanas. Sobrelotação, má nutrição, falta de higiene e cuidados médicos, inclusão de jovens em instalações para adultos, prisioneiros condenados e não julgados compartilhando celas, são alguns problemas citados no relatório. Em Junho de 2022, a imprensa noticiou que um guarda prisional matou cinco reclusos du-

rante uma rebelião e tentativa de fuga numa prisão da Zambézia. O director da prisão afirmou que o guarda atirou acidentalmente em presos. Os órgãos de informação reportaram que, na altura de ocorrência, o guarda estava sozinho a supervisionar 280 prisioneiros.

Quase todas as cadeias moçambicanas foram construídas no período colonial e a maioria encontra-se em estado avançado de degradação. No seu informe anual de 2021, a Procuradora-Geral da República apontou para a sobrelotação e a degradação das infra-estruturas como ameaças à segurança, reabilitação social e aos direitos humanos dos prisioneiros. Beatriz Buchili disse que as prisões estavam com 238% acima da sua capacidade. Isto é: 20.517 presos ocupando espaço com capacidade para 8.614.

Direitos humanos em contexto de crise humanitária

Em Outubro de 2022, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) estimou que havia aproximadamente 950.000 pessoas deslocadas internamente no país devido à violência no norte de Moçambique e 130.000 deslocados internos devido a várias catástrofes e ciclones desde 2019. “As organizações da sociedade civil continuaram a denunciar funcionários locais e agentes de segurança que exigiam sexo ou dinheiro aos deslocados internos em troca de comida e assistência humanitária”.

Em Novembro, a Procuradoria provincial de Cabo Delgado afirmou ter registado 25 casos de abuso sexual cometidos por trabalhadores humanitários e da sociedade civil durante o ano de 2022. “Organizações internacionais que apoiam os deslocados internos afirmaram que as mulheres relataram o aumento da agressão e violência de parceiros do sexo masculino porque foram cortados dos sistemas de protecção social”.

O Governo subscreveu o retorno seguro, voluntário e digno, e o reassentamento ou integração local de deslocados internos. As políticas públicas sobre esta questão estão alinhadas com o Guia dos Princípios sobre Deslocamento Interno das Nações Unidas. No entanto, as autoridades nem sempre seguem as práticas adoptadas pelo Governo, por isso “houve incidentes de movimentação ou realocação de deslocados internos inconsistentes com os princípios orientadores da ONU. As au-



Créditos: MigraMundo



Créditos: DW

toridades limitaram o acesso a algumas áreas de Cabo Delgado”.

O relatório reconhece que o Governo cooperou com o Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e outras or-

ganizações humanitárias para garantir o fornecimento de protecção e assistência a refugiados, refugiados retornados, asilo a requerentes, apátridas ou outras pessoas de interesse. No entanto, o desaparecimento da ex-figura da oposição ruandesa Cassien Ntamuhanga e o assassinato do empresário ruandês, Revocant Karemangingo, e do outro ruandês que ainda estava à espera de asilo - Selemani Masiya, alarmou os refugiados ruandeses e algumas organizações da sociedade civil.

Apesar da Constituição e as leis estabelecerem o direito à liberdade de expressão e de imprensa, o Governo nem sempre protegeu essas liberdades. "Académicos, jornalistas, membros de partidos da oposição e sociedade civil relataram uma atmosfera

de intimidação e medo, situação que restringiu a liberdade de expressão e de imprensa. Os jornalistas expressaram preocupação com a intimidação do Governo, através das forças de segurança". O relatório cita a ameaça contra o Prof Adriano Nuvunga que, dia 15 de Agosto, encontrou, no jardim da sua residência, duas balas embrulhadas e com dizeres de ameaça de morte.

Em Outubro, a Polícia deteve o jornalista Arlindo Chissale, no distrito de Balama, em Cabo Delgado, acusado de recolher informações para actos terroristas. Mas o tribunal rejeitou a acusação de terrorismo e concedeu ao Chissale liberdade provisória, enquanto aguardava pelo julgamento para responder por uma acusação com pena branda convertível em multa.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Emídio Beúla
Layout: Emídio Beúla

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

